



Vinícius Loures/Câmara dos Deputados

BRASIL FRENTE AO TARIFÁRIO

A imposição de tarifas comerciais pelo governo norte-americano sobre produtos brasileiros alterou significativamente o cenário de curto prazo para setores estratégicos da economia nacional. A equipe econômica já trata o novo patamar tarifário como dado concreto, sem expectativa de reversão no curto prazo, especialmente diante do calendário eleitoral dos Estados Unidos. A resposta imediata do Ministério da Fazenda tem sido o desenho de medidas compensatórias pontuais para os segmentos mais atingidos, enquanto o Itamaraty avalia possibilidades de articulação diplomática com parceiros regionais e multilaterais. O tema deve ganhar centralidade no planejamento econômico federal nas próximas semanas.

O ambiente político internacional tem demonstrado crescente instrumentalização de mecanismos comerciais com fins eleitorais e estratégicos. A medida anunciada por Washington ocorre em um contexto de tensões econômicas globais e revisão de cadeias produtivas. No Brasil, o impacto imediato é a compressão de margens de exportadores e o aumento de incertezas para investimentos em setores já fragilizados por variações cambiais e pressão tributária. A correlação entre política externa e política industrial torna-se mais evidente, exigindo dos formuladores de políticas públicas uma leitura integrada de riscos e oportunidades.

As análises preliminares apontam uma possível retração de até 0,4 ponto percentual no crescimento do PIB brasileiro, com destaque para os efeitos concentrados nas cadeias do agronegócio e da indústria de base. Duas interpretações se colocam no debate técnico. A primeira considera que a resposta brasileira deve priorizar ações internas de mitigação, como desonerações pontuais e linhas de crédito setoriais, mantendo um perfil diplomático de baixa confrontação. A segunda sugere a construção de uma resposta coordenada com o Mercosul e outros parceiros comerciais, com eventual acionamento de mecanismos da OMC, mesmo ciente da baixa efetividade de curto prazo desses instrumentos. Ambas as linhas apresentam implicações fiscais e estratégicas relevantes.



"A gente tem olhado para necessidade de socorrer [as empresas], o que será feito com menor impacto fiscal possível, pontual, e para aqueles que tenham sido afetados. A gente tem feito conversas ainda a serem validadas pelo presidente [Lula]"

Dario Durigan,
Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda

A tendência mais provável é a adoção de medidas de curto alcance, com foco na contenção de perdas econômicas e no resguardo da previsibilidade para os setores mais sensíveis. O governo federal deverá utilizar o episódio para reforçar o discurso em favor de uma política industrial ativa, sem abandonar o pragmatismo diplomático. A expectativa é de que o tema se consolide como vetor de formulação de políticas nos próximos meses, influenciando não apenas a pauta econômica, mas também os rumos da política externa brasileira no novo ciclo de reposicionamento internacional.

CÂMARA EM RECESSO BRANCO

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), tem adotado uma postura marcada por forte controle institucional, suspendendo sessões deliberativas e reuniões de comissões durante o atual recesso branco. A medida impediu, por exemplo, a votação de requerimentos em apoio ao ex-presidente Jair Bolsonaro, reforçando a tentativa de manter a estabilidade da Casa em um momento de tensão política. A justificativa oficial para a paralisação das comissões foi a realização de reformas estruturais no prédio da Câmara, ainda que o Regimento não impedisse sua continuidade.



"Apesar do Congresso estar no chamado recesso branco, nós voltaremos as nossas bases, falaremos com o nosso povo, com a nossa militância mobilizaremos o povo a voltar para a rua"

Filipe Barros,
Secretário-Executivo Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

O chamado recesso branco ocorre quando a Lei de Diretrizes Orçamentárias não é aprovada até a data prevista constitucionalmente, o que tecnicamente impede o recesso formal, mas na prática resulta em paralisação parcial das atividades. Ainda assim, as comissões poderiam funcionar normalmente, o que amplia o caráter político da decisão de Motta. Ao determinar a suspensão total das atividades, ele reforça o perfil de presidência centralizadora, calcada na autonomia do Legislativo frente a pressões externas e internas.

Duas interpretações ganham espaço na leitura institucional. A primeira vê na decisão um movimento calculado de autopreservação da Câmara diante de tentativas de polarização política no período de recesso. A segunda aponta que a condução de Motta expõe limitações de articulação com lideranças partidárias, em um momento que exigirá pactos delicados para viabilizar votações como a da reforma tributária e de outras pautas estruturantes. A tensão entre controle e diálogo permanece como ponto sensível da sua gestão.

A expectativa para o retorno das atividades é de retomada cautelosa, com possível reforço da estratégia de preservação da imagem institucional da Casa. A presidência de Hugo Motta seguirá sendo observada sob a lente da eficácia política e da capacidade de mediar conflitos sem comprometer a governabilidade do Legislativo.

Material produzido por

MALTA

